



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER Nº 05/23 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 13 DE MARÇO DE 2023

Projeto de Lei Ordinária nº 13/23, de autoria do Ver. Joelson Trovão, que “Determina que os agressores que cometerem crime de maus tratos arquem com as despesas do tratamento do animal agredido”.

Relator: **Ver. Professor Shinayder**

I – Relatório

A Ver. Joelson Trovão, propõe projeto que Determina que os agressores que cometerem crime de maus tratos arquem com as despesas do tratamento do animal agredido.

II - Análise

O projeto encontra amparo legal no art. 8º, I da LOM, e também na Constituição Federal, art. 30, inciso I, que atribui competência aos municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local.

No tocante à iniciativa, há respaldo legal do vereador, como expõe em suas razões motivadoras.

Assim, do ponto de vista de iniciativa e legalidade, o projeto encontra-se em sintonia com a Constituição Federal e Lei Orgânica do Município de Formosa, estando, portanto, apto a seguir para votação.

Quanto ao mérito, verifica-se que a matéria é pertinente e atende aos anseios da comunidade formosense.

III – Técnica Legislativa

Quanto à técnica legislativa, se adequa à Lei Complementar 95/98.

Logo, verifica-se que o projeto atende aos requisitos constitucionais, de modo que nada impede sua tramitação.

IV – Voto

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídica e de boa técnica legislativa e, no mérito, também pode ser submetido ao plenário.

Por isso, opinamos pela sua aprovação.

Câmara Municipal de Formosa, 13 de março de 2023

Γ

Presidente

Relator

Membro